

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM FIM DO ANO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

1. Contexto Operacional

1.1. Estrutura Jurídica e Objetivos

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso, também reconhecido sob a sigla SENAR-AR/MT, é uma entidade Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992 com sede administrativa na cidade de Cuiabá - MT. Sua criação está prevista no art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT:

“Art. 62 – A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), sem prejuízo das atribuições dos órgãos públicos que atuam na área”.

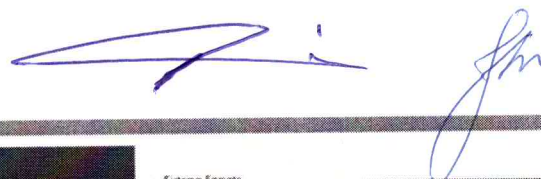
Tem como missão institucional desenvolver ações de Formação Profissional Rural e atividades de Promoção Social voltadas às pessoas do meio rural, contribuindo para sua profissionalização, integração social, melhoria da qualidade de vida e para o pleno exercício da cidadania.

1.2. Fontes de Recursos

Para possibilitar o cumprimento de sua missão, a entidade paraestatal é beneficiária dos recursos previstos no artigo 240 da Constituição Federal e nas Leis nº 8.540/1992, 8.870/1994 com alterações até a Lei 10.256/2001, assim classificadas:

1.2.1. Contribuição sobre a receita decorrente da comercialização da Produção Rural

- a) **Contribuição do Produtor Rural Pessoa Física** - 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Segurado Especial e Produtor Rural Pessoa Física, que explora atividade agropecuária ou pesqueira;
- b) **Contribuição do Produtor Rural Pessoa Jurídica** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Produtor Rural Pessoa Jurídica.
- c) **Contribuição da Agroindústria** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, industrializada ou não, devida pela agroindústria.



1.2.2. Contribuição sobre a folha de salários

Contribuição mensal compulsória, à alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre a folha de salários dos trabalhadores envolvidos nos trabalhos rurais das pessoas jurídicas de direito privado ou a elas equiparadas que exerçam as seguintes atividades:

- a) Agroindústrias da avicultura, suinocultura, piscicultura, carcinicultura;
- b) Agroindústrias que se dediquem ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria prima para industrialização própria, mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção;
- c) Produtores rurais pessoas jurídicas, exceto agroindústrias, que exerçam outra atividade econômica autônoma;
- d) Produtores rurais pessoas jurídicas e agroindústria, exclusivamente em relação aos empregados envolvidos na prestação de serviços rurais ou agroindustriais, caracterizados ou não como atividade autônoma;
- e) Sindicatos, Federações e Confederações patronais rural;
- f) Pessoa Jurídica Prestadora de Mão de Obra Rural.

As operações da Administração Regional são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse dos recursos advindos da contribuição compulsória.

1.3. Aplicações de Recursos

Os recursos do SENAR-AR/MT devem ser utilizados da seguinte forma: 80% (oitenta por cento) nas atividades de Formação Profissional e Promoção Social e 20% (vinte por cento) nas despesas de custeio e investimento.

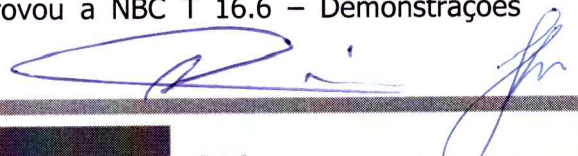
2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

2.2. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC através da Resolução CFC nº 1.133/08 que aprovou a NBC T 16.6 – Demonstrações



Contábeis, observando-se ainda as resoluções do Conselho Fiscal do SENAR – Administração Central em matéria contábil.

2.3. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.3.1. Apuração dos resultados

a) **Apuração do Déficit ou Superávit** – a entidade adota o regime de competência, destacando-se, adicionalmente:

I – Receitas de Contribuição Social – as receitas com contribuição social são reconhecidas mensalmente com base em estimativa, levando-se em consideração o histórico dos registros dos valores repassados pelo SENAR Administração Central.

O registro contábil das receitas de contribuições compulsórias é efetuado pelo líquido, ou seja, é deduzido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB o percentual de 3,5% do montante arrecadado, que corresponde à retribuição pelos serviços prestados de recolhimento das contribuições, com base no artigo 3º, § 1º da Lei nº. 11.457, de 16 de março de 2007.

II – Despesas com Cursos e Treinamento – foram reconhecidos no período da realização dos cursos e eventos de Formação Profissional Rural – FPR e de Promoção Social – PS, mobilizados e organizados com o apoio de entidades cooperantes.

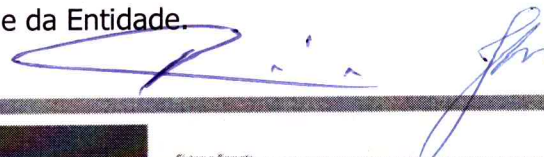
2.3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, as contas correntes e investimentos de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3.3. Contas a receber

As contas a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As contas a receber aos saldos de contribuições sociais a receber, unicamente relativos ao mês de competência de setembro e representam as quantias a serem repassadas pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, por Contribuições Sociais sobre a comercialização da produção agropecuária devidas por Pessoas Físicas, jurídicas e agroindústrias;
Não foram constituídas provisões para perdas de créditos por inexistirem inadimplências conhecidas ou estimáveis de contas a receber de titularidade da Entidade.



Os demais valores a receber foram registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo seu valor nominal, acrescido das variações monetárias, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização.

2.3.4. Estoques

O saldo de almoxarifado é constituído por materiais de uso e consumo utilizados nos eventos educacionais e para manutenção da administração da entidade, como materiais de papelaria, escritório e informática.

Os materiais adquiridos para o almoxarifado são registrados pelos respectivos custos de aquisição e são baixados para despesa por ocasião das requisições de consumo.

2.3.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição e construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui:

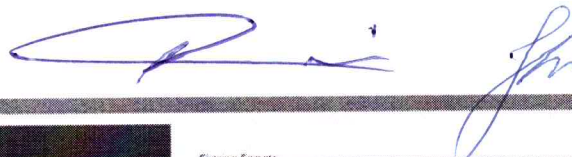
- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Entidade. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais do resultado.

As obras em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo imobilizado como imobilizado em andamento.

O ativo imobilizado da Entidade é representado pelos bens de capital utilizados nas suas atividades sociais, os quais são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, diminuídos das correspondentes depreciações acumuladas, estas calculadas mensalmente pelo método linear segundo as taxas anuais, determinadas em função das vidas úteis estimadas desses bens.

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.



A Administração da Entidade realizou a revisão da vida útil-econômica dos ativos imobilizados conforme requerido pela NBC TG 27 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o mesmo chegando próximo a vida útil considerada para efeitos fiscais.

	<u>Anos</u>
Equipamentos	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de comunicação	5
Outros equipamentos	5
Equipamentos de informática	5
Prédios	25
Instalações	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3.6. Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

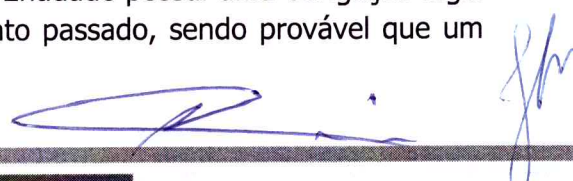
Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Entidade e que geram benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são representados por gastos realizados com aquisições de licenças e programas de informática. Os referidos direitos são demonstrados por seus custos incorridos quando das aquisições, deduzidos dos saldos das amortizações acumuladas, estas calculadas com base em taxas lineares anuais.

2.3.7. Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus futuros benefícios econômicos serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou contratualmente constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um



recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos 12 meses seguintes a data do balanço patrimonial. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.3.8. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração

a) **Ativos financeiros** – Os ativos financeiros da Entidade são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa.

b) **Passivos financeiros** – Os passivos financeiros da Entidade são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos, no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Entidade segundo projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades do negócio. Eventual excesso de caixa disponível é investido em aplicações financeiras.

A Entidade mensura suas aplicações financeiras pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos e possui seus valores reconhecidos como ativos financeiros de baixo risco de variação no valor.

3. Caixa e Equivalente de caixa

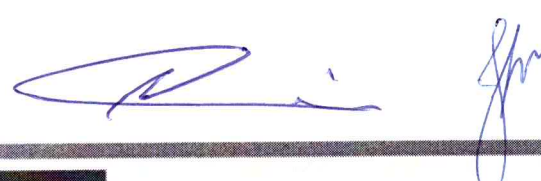
3.1. Caixa

Caixa são recursos em espécie movimentados pela entidade apenas em sua sede administrativa mantendo saldo suficiente para o pagamento imediato de pequenas despesas. Os recursos em caixa são registrados e controlados em contas contábeis.

Recursos Próprios

Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
FUNDO FIXO	-	-
Soma	-	-



3.2. Os Bancos

Bancos Conta Movimento - Recursos Próprios são disponibilidades financeiras movimentadas através de instituições oficiais, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal. As movimentações são geralmente representadas por créditos recebidos através de transferências bancárias, pagamentos realizados através da emissão de cheques, transferências ou pagamentos por acesso via internet.

Para fins de controle os recursos próprios e os recursos recebidos de terceiros são movimentados e registrados em contas contábeis distintas sob o título de Bancos Conta Movimento - Recursos Próprios e Bancos Conta Movimento - Recursos de Terceiros.

Bancos conta Movimento - Recursos Próprios

Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
C/C BB 14.420-7 / SENAR / AG. PAIAGUAS	92.173	133.513
C/C BB SA 22.394-8 SENAR/MT	456	456
C/C CEF 00006802-2 SENAR/MT	70.328	47.192
Soma	162.957	181.161

Bancos conta Movimento - Recursos Convênios

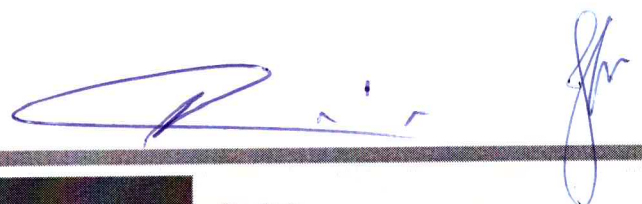
Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
C/C BB 24.288-8 SENAR /PROGRAMA PRONATEC	-	624
C/C BB 29.539-6 / NEGOCIO CERTO RURAL	1.605	414
C/C CEF 7168-6 - REDE E-TEC	113	-
Soma	1.719	1.038

3.3. As aplicações financeiras são compostas pelos seguintes investimentos

Aplicações financeiras são investimentos de curtíssimo prazo, geralmente disponibilidades financeiras sem comprometimento imediato, remunerados através de fundos de aplicação financeira baseados em percentual de juros pagos através de Certificado de Depósito Bancário junto à Instituição Financeira Oficial - Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal - com prazos de resgate variáveis.

Para fins de controle os recursos próprios e os recursos recebidos de terceiros são movimentados e registrados em contas contábeis distintas sob o título de Aplicações Financeiras - Recursos Próprios e Aplicações Financeiras - Recursos de Terceiros.



Aplicação Financeira - Recursos Próprios

Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
BB CDB DI SWAP	2.011.821	1.829.725
CDB DI SA SENAR/MT (22.394-8)	53.738	48.875
CDB CEF SANAR/MT (00006802-2)	56.600.205	48.918.338
Soma	58.665.764	50.796.938

Aplicação Financeira - Recursos Convênios

Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
BB/POUPANÇA 24.288-8 SENAR /PROGRAMA PRONATEC	-	63.846
C/C BB 29.539-6 / CONV. NEG. CERTO RURAL	375.405	468.951
CEF/POUPANÇA 68.447-2- REDE E-TEC	157.943	84.927
CEF CDB/RDB 7168-6 - REDE E-TEC	12.739	-
Soma	546.087	617.723

4. Créditos a Curto Prazo

Créditos de curto prazo são valores a receber decorrentes das operações normais ou eventuais da entidade decorrente dos seus negócios junto a entidades ligadas, funcionários e fornecedores cujo prazo de vencimento é inferior a um ano.

4.1. Contas a Receber

Refere-se ao saldo a receber decorrente de operações eventuais da entidade.

Contas a Receber

Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
FAMATO - ENERGIA ELETRICA	9.212	-
Soma	9.212	-

4.2. Dotações a Receber

É a apropriação da receita de contribuição para o SENAR-AR/MT referente ao mês de dezembro de 2017, prevista para recebimento em janeiro de 2018, atendendo o princípio da competência.

Dotações Orçamentárias a Receber

Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
LEI 8.315 - Contribuições Sociais	5.649.022	3.267.711
Soma	5.649.022	3.267.711

4.3. Relações entre Unidades

Representa os saldos das provisões de repasses relacionados aos 4% sobre a receita de contribuições compulsórias previstos no Regimento Interno, sendo 2% para o Termo de Cooperação Técnica e Financeira (TCTF) e 2% para o Termo de Administração Superior (TAS), que serão realizados como despesas através da prestação de contas, no decorrer da vigência do contrato.

Relações entre Unidades

Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
FAMATO - REPASSE TCTF 2015	-	398.230
FAMATO - REPASSE TAS 2016	-	1.283.541
FAMATO - REPASSE TCTF 2016	-	1.141.836
FAMATO - REPASSE TAS 2017	1.545.238	-
FAMATO - REPASSE TCTF 2017	921.733	-
Soma	2.466.971	2.823.606

4.4. Convênios a Realizar

Representam a disponibilização de recursos a terceiros para execução de projetos conforme Termos de Cooperação Técnica e Financeira, que de acordo com sua execução apropria-se na conta de despesa.

Conta	dezembro/17	dezembro/16
FAMATO	1.047.851	141.705
APROSOJA	103.837	244.986
FETAGRI	1.011.273	351.414
IMEA	677.063	286.967
APROLEITE - MT	75.000	-
CANAL RURAL	273.356	250.540
SINDICATO RURAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	-	69.333
SINDICATO RURAL DE CARLINDA	-	25.640
SINDICATO RURAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA	65.080	17.600
ASSOC. REFLORESTADORES DE MT AR	69.089	-
Soma	3.322.549	1.388.185




4.5. Adiantamentos por Conta de Viagens

Esse grupo registra e controla os adiantamentos efetuados para cobrir despesas de viagens de funcionários conforme Norma para Concessão de Diárias. Regra geral, as prestações de contas de adiantamentos ocorrem sempre do retorno da viagem.

Conta	Valores em Reais	
	dezembro/17	dezembro/16
ADIANTAMENTOS A COLABORADORES	62.307	104.024
Soma	62.307	104.024

4.6. Adiantamentos a Terceiros

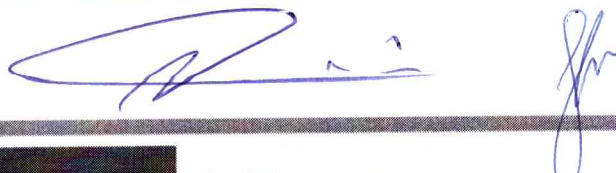
Esse grupo registra os adiantamentos para cobrir as despesas de viagens dos instrutores que realizam capacitações promovidas pela entidade, também compreende os adiantamentos realizados a Entidades Parceiras. A prestação de contas de adiantamento dos instrutores ocorre sempre do retorno da viagem e para as Entidades Parceiras a prestação de contas são enviados conforme a execução.

Conta	Valores em Reais	
	dezembro/17	dezembro/16
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	338.197	1.226.105
ADIANTAMENTO A INSTRUTORES	2.889	3.960
Soma	341.086	1.230.065

4.7. Adiantamento a Empregados

Esse grupo registra o adiantamento de salários, férias e 13º salário em conformidade com a legislação trabalhista. A baixa correspondente ao 13º salário total será executada no pagamento da 2º parcela. As férias e salários, a regularização ocorre no mês subsequente.

Conta	Valores em Reais	
	dezembro/17	dezembro/16
FÉRIAS	-	-
13º SALARIO	-	-
OUTROS ADIANTAMENTOS	9.550	-
Soma	9.550	-



4.8. Valores Recuperáveis

Valores Recuperáveis trata-se de crédito do FGTS da 1º parcela do 13º salário recolhido equivocadamente, o processo de restituição será através do formulário de Retificação com Devolução de FGTS - RDF protocolado junto a CEF, a recuperação do crédito está previsto para o próximo exercício.

Valores Recuperáveis

Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
Creditos Diversos	29.763	-
Soma	29.763	-

4.9. Estoque

O estoque foi avaliado pelo custo médio de aquisição e é controlado por funcionário responsável pelo processo com suporte de sistema informatizado, sendo que as saídas de mercadorias são efetuadas de acordo com as requisições de material.

São representados por materiais para consumo das atividades rotineiras, administrativas, manutenção de equipamentos de informática e materiais destinados a cursos prestados pela Entidade. O saldo se compõe da seguinte forma:

Estoque

Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
MATERIAIS DE ESCRITORIO	36.955	37.853
LIMPEZA/CONSERVAÇÃO	2.463	1.973
MATERIAIS DE COPA E COZINHA	3.794	2.362
IMPRESSOS - ESCRITÓRIO	110.695	26.132
MATERIAIS INSTRUCIONAIS	1.737.621	1.500.023
Soma	1.891.528	1.568.342

4.10. Despesas do Exercício Seguinte

São dispêndios pagos antecipadamente que serão considerados despesas no decorrer do exercício seguinte, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência:

Despesas do Exercício Seguinte

Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
SEGUROS A APROPRIAR - VEICULOS	2.284	2.910
SEGUROS A APROPRIAR - PREDIAL	1.856	1.943
Soma	4.141	4.853

5. Direitos de Longo Prazo

São registrados os direitos realizáveis após o exercício seguinte ao do fechamento do balanço, ou seja, superior a 360 dias. Neste grupo estão inclusos os clientes, bem como outros créditos, como investimentos de longo prazo e aplicações de recursos.

6. Imobilizado

Imobilizado é o conjunto de bens corpóreos utilizados na manutenção administrativa e operacional da Entidade, registrado inicialmente pelo custo de aquisição, diminuída a depreciação mensalmente, sendo, portanto apresentado pelo seu valor líquido a realizar e controlados através de sistema informatizado.

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Valores em Reais

Descrição	Custo		Depreciação Acumulada		Líquido	
	dezembro/17	dezembro/16	dezembro/17	dezembro/16	dezembro/17	dezembro/16
EQUIPAMENTOS MAQ. E APAR. EM GERAL	1.282.722	1.052.812	(481.840)	(388.526)	800.882	664.286
VEICULOS	697.000	697.000	(427.002)	(290.718)	269.998	406.282
MOBILIARIO EM GERAL	2.495.769	2.203.145	(1.181.980)	(950.672)	1.313.790	1.252.473
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	724.003	656.097	(330.915)	(277.780)	393.088	378.317
OUTROS EQUIP. E MAT. PERMANENTES	83.232	83.232	(44.963)	(36.911)	38.268	46.321
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	2.696.664	2.498.052	(1.673.799)	(1.305.009)	1.022.865	1.193.044
TERRENOS	1.800.864	1.615.401	-	-	1.800.864	1.615.401
PREDIOS	14.744.544	14.744.544	(5.629.011)	(5.039.230)	9.115.533	9.705.314
INSTALAÇÕES E ADAPTAÇÕES	2.577.847	2.581.601	(2.429.742)	(2.345.209)	148.104	236.392
CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO	6.369.512	3.636.789	-	-	6.369.512	3.636.789
Soma	33.472.158	29.768.674	(12.199.252)	(10.634.055)	21.272.905	19.134.619

Movimentação do Ativo Imobilizado

Valores em Reais

Descrição	Custo	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada	Líquido
	dezembro/16			dezembro/17	dezembro/17
EQUIPAMENTOS MAQ. E APAR. EM GERAL	1.052.812	253.685	23.775	(481.840)	800.882
VEICULOS	697.000	-	-	(427.002)	269.998
MOBILIARIO EM GERAL	2.203.145	293.670	1.046	(1.181.980)	1.313.790
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	656.097	85.805	17.899	(330.915)	393.088
OUTROS EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTES	83.232	-	-	(44.963)	38.268
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	2.498.052	229.059	30.448	(1.673.799)	1.022.865
TERRENOS	1.615.401	185.463	-	-	1.800.864
PREDIOS	14.744.544	-	-	(5.629.011)	9.115.533
INSTALAÇÕES E ADAPTAÇÕES	2.581.601	-	3.755	(2.429.742)	148.104
CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO	3.636.789	2.732.724	-	-	6.369.512
Soma	29.768.674	3.780.406	76.922	(12.199.252)	21.272.905

7. Intangível

Intangível Valores em Reais

Descrição	Custo		Amortização Acumulada		Líquido	
	dezembro/17	dezembro/16	dezembro/17	dezembro/16	dezembro/17	dezembro/16
DIREITO DE USO AO SOFTWARE	1.566.762	1.044.264	(586.332)	(377.488)	980.430	666.776
Soma	1.566.762	1.044.264	(586.332)	(377.488)	980.430	666.776

Movimentação do Ativo Intangível Valores em Reais

Descrição	Custo	Adições	Baixas	Amortização Acumulada	Líquido
	dezembro/16			dezembro/17	dezembro/17
DIREITO DE USO AO SOFTWARE	1.044.264	522.498	-	(586.332)	980.430
Soma	1.044.264	522.498	-	(586.332)	980.430

8. Obrigações com Folha de Pagamento

Grupo de movimentação da folha de pagamento, férias e rescisões trabalhistas dos empregados, bem como os registros dos descontos realizados referente as contribuições sindicais, pensões alimentícias, associação dos servidores e os empréstimos consignados conforme contrato assinado com Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Obrigações com Folha de Pagamento Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
PENSÃO ALIMENTÍCIA	3.720	-
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	17.717	9.316
Soma	21.437	9.316

9. Obrigações Tributárias e Previdenciárias

Neste grupo são lançadas as obrigações tributárias e previdenciárias sobre a folha de pagamento, autônomos e pessoas jurídicas em conformidade a legislação vigente, a regularização ocorre no mês subsequente ao da competência.

Obrigações Tributárias e Previdenciárias Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
FGTS A PAGAR	-	-
INSS A RECOLHER	419.587	70.815
PIS A RECOLHER	20.627	19.761
IRRF A PAGAR - EMPREGADOS	210.312	202.868
Soma	650.526	293.445

10. Fornecedores

Obrigações com fornecedores de bens e serviços são obrigações decorrentes de compras a prazo, reconhecidas com base em documento fiscal, contrato ou instrumento equivalente, em obediência ao regime de competência e são demonstrados pelo seu valor nominal e são liquidados em seus vencimentos.

Fornecedores	Conta	Valores em Reais	
		dezembro/17	dezembro/16
	FORNECEDORES	317.409	69.225
Soma		317.409	69.225

11. Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias, referem-se aos impostos retidos sobre os prestadores de serviços tais como: instrutoria, manutenção, consultoria, vigilância, entre outros.

Obrigações Tributárias	Conta	Valores em Reais	
		dezembro/17	dezembro/16
	IRRF A PAGAR - TERCEIROS	20.115	37.133
	ISS RETIDO	28.861	24.878
	PIS/COFINS/CSLL	29.434	61.499
Soma		78.410	123.510

12. Provisões Trabalhistas

Neste grupo são apropriadas as provisões de 13º salários, férias e respectivos encargos sociais.

Provisões Trabalhistas	Conta	Valores em Reais	
		dezembro/17	dezembro/16
	PROVISAO PARA 13º SALARIO	-	-
	PROVISAO FÉRIAS	530.461	385.735
	PROV. P/ PREV. SOCIAL - INSS S/ 13º SALARIO	-	-
	PROVISAO P/ FGTS S/ 13º SALARIO	-	-
	PROVISAO P/ PREV. SOCIAL - INSS S/ FÉRIAS	123.067	89.490
	PROVISAO P/ FGTS S/ FÉRIAS	42.437	30.859
	PROVISAO P/ PIS S/ 13º SALARIO	-	-
	PROVISAO P/ PIS S/ FÉRIAS	5.305	3.857
Soma		701.269	509.941

13. Demais Obrigações

13.1. Convênios a Realizar

Referem-se as verbas recebidas e destinadas à consecução dos projetos: Negócio Certo Rural, Pronatec e Programa Rede E-TEC, são registradas contabilmente no passivo e em contrapartida nas contas bancárias abertas exclusivamente para esta finalidade.

Convênios a Realizar

Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
NEGÓCIO CERTO RURAL - SEBRAE	376.551	453.273
CONVENIO PROGRAMA PRONATEC	-	80.389
CONVENIO PROGRAMA REDE E-TEC	168.254	84.927
Soma	544.805	618.589

13.2. Contratos Termos de Cooperação, Adesão e Projetos a Realizar

Representa os saldos das provisões de repasses relacionados aos 4% sobre a Receita de Contribuições compulsórias previstos no Regimento Interno, sendo 2% para Termo de Cooperação Técnica e Financeira (TCTF) e 2% para Termo de Administração Superior (TAS), que deverão ser repassadas a FAMATO, para custeio de projetos.

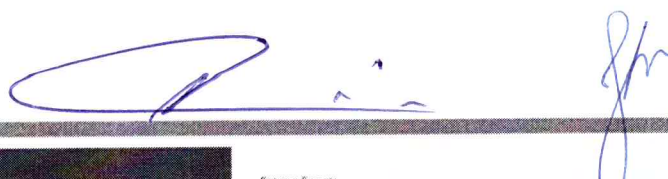
Contratos Termos de Cooperação, Adesão e Projetos a Realizar

Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
FAMATO - REPASSE TAS 2016	-	1.283.541
FAMATO - REPASSE TCTF 2016	-	1.141.836
FAMATO - REPASSE TAS 2017	1.545.238	-
FAMATO - REPASSE TCTF 2017	921.733	-
Soma	2.466.971	2.425.376

13.3. Credores Diversos

Compreende a conta transitória de depósitos a identificar que são registradas as devoluções de recursos disponibilizados a funcionários, instrutores e Entidades parceiras, tal como as obrigações com funcionários decorrentes de reembolsos de despesas reconhecidas com base em documento fiscal, que foram realizadas em prol da Entidade.



Credores Diversos

Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
DEPOSITOS A IDENTIFICAR	-	5.605
NATALINO M. V. DA COSTA	-	4.907
OTÁVIO LEMOS M. CELIDONIO	1.684	230
FABIO PEREIRA PIRES	-	4.000
REGIS BOZOKI	-	2
BRUNO HENRIQUE NASCIMENTO FERNANDES	5.678	-
GABRIEL ROSA PADUA SOARES	-	301
TATIANE GISELE PERONDI	600	-
RAISSA AYUMI FREITAS ANBO	1.456	-
VICTOR RAPHAEL DUARTE DE OLIVEIRA	1.608	-
GONÇALO DE SOUZA E MARQUES DE SOUZA	2.156	2.156
Soma	13.183	17.201

14. Patrimônio Social

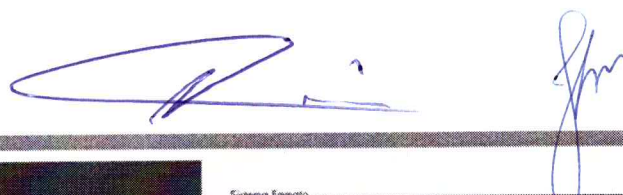
É apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos Superávits e diminuído dos Déficits ocorridos. O saldo acumulado será destinado à manutenção das atividades de acordo com o previsto no Plano Anual de Trabalho, para atender aos dispositivos legais vigentes e o princípio contábil da continuidade.

O Patrimônio Social da Administração Regional de Mato Grosso atingiu no final do quarto trimestre o valor de R\$ 90.621.978 (Noventa milhões, seiscentos e vinte e um mil, novecentos e setenta e oito reais).

15. Variações Patrimoniais

As Variações Patrimoniais Aumentativas realizadas pelo SENAR-AR/MT alcançaram no quarto trimestre o montante de R\$ 19.250.864 (Dezenove milhões, duzentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), a seguir:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	dezembro/17	dezembro/16
Contribuições Sociais	18.053.586	11.206.071
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.033.532	1.827.433
Transferências das Instituições Privadas	163.746	112.485
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	1.615.401
Total	19.250.864	14.761.389



As Variações Patrimoniais Diminutivas realizadas pelo SENAR-AR/MT alcançaram no quarto trimestre o montante de R\$ 18.864.641 (Dezoito milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais), a seguir:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	dezembro/17	dezembro/16
Remuneração a Pessoal	2.766.210	2.518.805
Encargos Patronais	907.945	855.424
Benefícios a Pessoal	176.816	189.543
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	423.718	468.169
Uso de Material de Consumo	992.442	1.355.651
Serviços	12.240.801	13.620.544
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.192.962	469.499
Transferências a Instituições Privadas	163.746	112.485
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	18.864.641	19.590.119

A demonstração das variações patrimoniais aumentativa e diminutiva no quarto trimestre de 2017 apresentou resultado positivo (Superávit) de R\$ 386.223 (Trezentos e oitenta e seis mil, duzentos e vinte e três reais), a saber:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	dezembro/17	dezembro/16
Aumentativas	19.250.864	14.761.389
Diminutivas	18.864.641	19.590.119
Superávit	386.223	(4.828.730)

16. Balanço Financeiro

Em 2010 foi realizado o repasse de R\$ 813,917,90 para a empresa TEXTO & MIDIA COMUNICACAO E EDITORA LTDA – ME, CNPJ: 38.021.333/0001-70, referente ao contrato de Prestação de Serviços Nº 001/2010, tal lançamento foi contabilizado no ativo circulante.

Visto que não tínhamos previsão para recebimento do montante, em junho de 2017 realizamos a reclassificação do curto prazo para o longo prazo.

Em dezembro de 2017 baixamos o valor supracitado e contabilizamos no grupo de Despesa não Operacional, pois entendemos tratar-se de uma despesa extra orçamentária e não entrar no rateio de 20% para as atividades “meio” e 80% para as atividades “fim”, contudo evidenciamos o montante no balanço financeiro e no fluxo de caixa, haja visto que o referido valor transitou no ativo circulante e no ativo não circulante.

O valor total das Despesas Operacionais que compõem o Balanço Financeiro está discriminado conforme tabela abaixo:




Balanco Financeiro - Despesas Operacionais

Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
Despesas Operacionais	67.849.859	63.290.921
Despesas Executadas em Programas Especiais	(551.760)	(355.713)
Baixa de Adiantamento Texto e Midia	813.918	-
Soma	68.112.017	62.935.208

17. Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 2010 foi realizado o repasse de R\$ 813,917,90 para a empresa TEXTO & MIDIA COMUNICACAO E EDITORA LTDA – ME, CNPJ: 38.021.333/0001-70, referente ao contrato de Prestação de Serviços Nº 001/2010, tal lançamento foi contabilizado no ativo circulante.

Visto que não tínhamos previsão para recebimento do montante, em junho de 2017 realizamos a reclassificação do curto prazo para o longo prazo.


Em dezembro de 2017 baixamos o valor supracitado e contabilizamos no grupo de Despesa não Operacional, pois entendemos tratar-se de uma despesa extra orçamentária e não entrar no rateio de 20% para as atividades "meio" e 80% para as atividades "fim", contudo evidenciamos o montante no balanço financeiro e no fluxo de caixa, haja visto que o referido valor transitou no ativo circulante e no ativo não circulante.

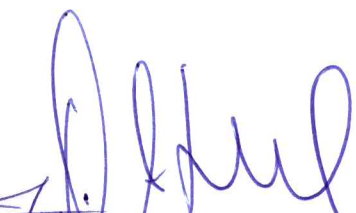
O valor total de Adiantamentos de Terceiros que compõem a Demonstração do Fluxo de Caixa está discriminado conforme tabela abaixo:

Demonstração de Fluxo de Caixa - Adiantamento a Terceiros

Valores em Reais

Conta	dezembro/17	dezembro/16
Adiantamentos a Terceiros - PJ	887.908	4.595
Adiantamentos a Instrutores	1.071	(3.090)
Baixa de Adiantamento Texto e Midia	(813.918)	-
Soma	75.061	1.505


Normando Corral
 Presidente
 CPF: 286.226.776-72


Otávio Lemos de Melo Celidonio
 Superintendente
 CPF: 301.236.808-67


Jéssica Jorge de Moraes
 Coordenadora Contábil
 CRC: MT-017710/O-3